

SACHA CALMON NAVARRO COELHO

# CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

**17<sup>a</sup>**  
edição

revista,  
atualizada e  
reformulada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
Copyright © 2020 by  
**EDITORA FORENSE LTDA.**  
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896  
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- 1ª edição – 1999  
17ª edição – 2020
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 04.11.2019
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

C62c  
Coêlho, Sacha Calmon Navarro

Curso de direito tributário brasileiro / Sacha Calmon Navarro Coêlho. – 17. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-309-8757-2

1. Direito tributário – Brasil. I. Título.

19-59218

CDU: 34:351.713(81)

|   |        |
|---|--------|
| <b>Abreviaturas e Siglas Usadas</b> ..... | XXXIII |
|---|--------|

## PARTE I

### A Sociedade, o Direito, o Estado e o Tributo

|  |        |
|--|--------|
| <b>Capítulo I – O Objeto do Direito</b> .....  | 3      |
| 1.1. O Direito como técnica e como valor.....  | 3      |
| 1.2. O Direito Tributário, técnica e valor.....  | 4      |
| 1.3. Direito, sociedade e história.....  | 4      |
| 1.4. O Direito como produto social – Trabalho, sociedade e cultura – A experiência jurídica e a história dos homens.....     | 4      |
| 1.5. A moda, a moral, a religião e o Direito – Os sistemas normativos – Liberdade e repressão – Direito e civilização.....   | 6      |
| 1.6. A inevitável ambiguidade dos sistemas normativos – A questão da justiça – O Direito progressivo.....                    | 8      |
| 1.7. O objeto do Direito – Crítica a Carlos Cossio – A perenidade do objeto do Direito.....                                  | 9      |
| <br><b>Capítulo II – O Direito como Objeto</b> .....   | <br>11 |
| 2.1. O fenômeno jurídico como objeto de multivárias disciplinas – O Direito Positivo e a Ciência do Direito.....             | 11     |
| 2.2. As categorias do conhecimento jurídico.....   | 12     |
| 2.3. Direito e linguagem – Ordens e normas jurídicas.....  | 12     |
| 2.4. As normas jurídicas e a teoria de Kelsen – Juízos ônticos e deônticos – Normas primárias e secundárias.....             | 14     |
| 2.5. Normas jurídicas e proposições sobre normas jurídicas – Prescrições jurídicas – O papel dos intérpretes.....            | 16     |
| 2.6. Tipologia jurídica – Normas de organização, de competência, técnicas, de conduta ou comportamentais e sancionantes..... | 17     |
| 2.7. Tipos de normas encontradas no Direito Tributário.....  | 18     |
| 2.8. Distinção entre normas, leis e proposições jurídicas.....   | 18     |

|                     |   |           |
|---------------------|---|-----------|
| 2.9.                | Existência, validade e vigência das leis – Aplicabilidade, incidência e eficácia das normas jurídicas .....   | 21        |
| <b>Capítulo III</b> | <b>– O Objeto do Direito Tributário e o Direito Tributário como Objeto.....</b>   | <b>23</b> |
| 3.1.                | A unidade do Direito – A falsa questão da autonomia dos ramos do Direito .....  | 23        |
| 3.2.                | A relação fisco-contribuinte como objeto do Direito Tributário .....  | 23        |
| 3.3.                | Direito Financeiro e Direito Tributário.....  | 23        |
| 3.4.                | A relação tributária – Cerne do Direito Tributário .....  | 24        |
| 3.5.                | O objeto no tempo e no espaço – O papel do sujeito cognoscente.....   | 24        |
| 3.6.                | O Direito Tributário como objeto.....   | 24        |
| 3.7.                | Opulência jurídica do Direito Tributário brasileiro – As primícias do intérprete.   | 25        |
| 3.8.                | Direito Tributário e Estado.....  | 25        |
| <b>Capítulo IV</b>  | <b>– O Estado e suas Funções.....</b>   | <b>26</b> |
| 4.1.                | O Estado e o poder de tributar – A repartição de competência para tributar – O estatuto do contribuinte.....  | 26        |
| 4.2.                | As três funções do Estado: legislar, administrar e julgar – A caracterização jurídica dos atos funcionais do Estado sob os pontos de vista material e formal – O Estado e a tributação..... | 27        |

## PARTE II

### O Direito Tributário que está na Constituição

|                    |   |           |
|--------------------|---|-----------|
| <b>Capítulo I</b>  | <b>– O Direito Tributário da Constituição.....</b>  | <b>33</b> |
| 1.1.               | A constitucionalização do Direito Tributário brasileiro .....   | 33        |
| 1.2.               | O Direito Tributário da Constituição – Os subsistemas tributários.....  | 34        |
| 1.3.               | Conceito de República – República e igualdade – República e representação popular .....   | 34        |
| 1.4.               | República, democracia, representação popular e repartição de Poderes – O controle da Constituição pelo Poder Judiciário.....                      | 35        |
| 1.5.               | República, Constituição dirigente e supremacia do Judiciário.....   | 35        |
| 1.6.               | Controle de constitucionalidade de lei estadual ou municipal e respectivos atos normativos – Introdução ao estudo do federalismo brasileiro ..... | 37        |
| 1.7.               | A natureza jurídica do Estado Federal – Ligeiro esboço comparativo com outras formas de Estado – Características do Estado Federal.....           | 38        |
| 1.8.               | Contraste entre o Estado Federal e a Confederação de Estados .....  | 39        |
| 1.9.               | Contraste entre o Estado Federal e o Estado Unitário.....   | 39        |
| 1.10.              | O Estado Federal e o exercício do poder de tributar .....   | 40        |
| 1.11.              | A Federação de Estados e a autonomia dos Estados-Membros .....  | 40        |
| <b>Capítulo II</b> | <b>– Os Princípios Gerais do Sistema Tributário da Constituição.....</b>  | <b>41</b> |
| 2.1.               | O sentido do artigo inaugural quanto à repartição das competências tributárias entre as pessoas políticas da Federação.....                       | 41        |
| 2.2.               | A repartição das competências tributárias – Os seus três aspectos relevantes.....   | 42        |
| 2.3.               | O fundamento do poder de tributar – As pessoas políticas titulares .....  | 42        |

|  |   |           |
|--|---|-----------|
| 2.4.   | O tributo e suas espécies – Como reparti-los.....   | 42        |
| 2.5.   | A repartição das competências pela natureza dos fatos jurídicos.....  | 44        |
| 2.6.   | Competência comum e privativa – As técnicas de repartição.....  | 45        |
| 2.7.   | Os insumos doutrinários do constituinte – A teoria dos fatos geradores vinculados e não vinculados.....   | 45        |
| 2.8.   | A teoria dos fatos geradores vinculados e não vinculados enquanto suporte do trabalho do constituinte.....  | 46        |
| 2.9.   | As técnicas constitucionais de repartição.....  | 46        |
| 2.10.  | A razão pela qual a competência comum não provoca conflitos entre as pessoas políticas.....   | 47        |
| 2.11.  | A necessidade de nominar os impostos para depois reparti-los.....   | 48        |
| 2.12.  | Os empréstimos compulsórios e as contribuições parafiscais em face da teoria dos tributos vinculados e não vinculados.....  | 48        |
| 2.13.  | Algumas palavras sobre a linguagem do constituinte e o papel dos seus intérpretes.....  | 48        |
| 2.14.  | A redução dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais à tricotomia.....  | 49        |
| 2.15.  | Os níveis de análise da questão dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais: o nível da Teoria Geral do Direito e o nível jurídico-constitucional.....             | 50        |
| 2.16.  | A classificação jurídica das duas supostas espécies de tributo: contribuições especiais e empréstimos compulsórios – Remissão à Parte III, Capítulos I e II, do presente livro..... | 50        |
| 2.17.  | Os princípios da capacidade econômica e da pessoalidade dos impostos como princípios orientadores do exercício das competências tributárias.....                                    | 51        |
| 2.18.  | O art. 145, § 2º, ou o papel controlador da base de cálculo dos tributos.....   | 56        |
| 2.19.  | Apontamentos necessários à compreensão da repartição constitucional de competências tributárias.....  | 59        |
| <b>Capítulo III – A Lei Complementar como Agente Normativo Ordenador do Sistema Tributário e da Repartição das Competências Tributárias.....</b> |   | <b>60</b> |
| 3.1.   | As leis complementares da Constituição.....   | 60        |
| 3.2.   | As leis complementares tributárias.....   | 61        |
| 3.3.   | O lugar da lei complementar no ordenamento jurídico – O âmbito de validade das leis em geral – Enlace com a teoria do federalismo.....  | 61        |
| 3.4.   | A lei complementar e seu relacionamento jurídico com a Constituição Federal e as leis ordinárias.....   | 63        |
| 3.5.   | Como operam as leis complementares em matéria tributária.....   | 64        |
| 3.6.   | Os três objetos materiais genéricos da lei complementar tributária segundo a Constituição Federal de 1988.....  | 65        |
| 3.7.   | Conflitos de competência.....   | 65        |
| 3.8.   | Regulação das limitações ao poder de tributar.....  | 67        |
| 3.9.   | Apreciações críticas sobre a matéria em exame.....  | 67        |
| 3.10.  | Normas gerais de Direito Tributário.....  | 68        |
| 3.11.  | O “poder” das normas gerais de Direito Tributário em particular.....  | 69        |
| 3.12.  | O art. 146-A do Texto Constitucional – A preservação da concorrência.....   | 71        |

|   |   |           |
|---|---|-----------|
| 3.13.   | Temas constitucionais reservados à lei complementar em matéria tributária .....                                   | 72        |
| 3.14.   | A necessidade de lei complementar prévia para a instituição de impostos e contribuições.....                      | 72        |
| <b>Capítulo IV – Outras Regras de Repartição de Competências Tributárias.....</b>   |   | <b>75</b> |
| 4.1.  | A competência múltipla das pessoas políticas .....  | 75        |
| 4.2.  | Empréstimos compulsórios – Competência – Regime jurídico.....   | 76        |
| 4.3.  | Contribuições parafiscais – Competência – Regime jurídico .....   | 79        |
| 4.4.  | Contribuições sociais.....  | 82        |
| 4.5.  | Contribuições em prol de entidades privadas: SESI, SESC, SENAI, SENAC, etc.....                                   | 83        |
| 4.6.  | Contribuições de intervenção no domínio econômico .....   | 84        |
| 4.7.  | Contribuições corporativas.....   | 85        |
| 4.8.  | Contribuições de interesse das categorias profissionais .....   | 86        |
| 4.9.  | Contribuições em favor das confederações sindicais .....  | 87        |
| 4.10.   | Regras constitucionais específicas relativas às contribuições – Alguns detalhes do art. 149.....                  | 88        |
| 4.11.   | Os pressupostos jurídicos para a instituição de taxas.....  | 89        |
| 4.12.   | As taxas e os princípios reitores da tributação .....   | 90        |
| 4.13.   | Taxas de polícia .....  | 91        |
| 4.14.   | Taxas de serviço.....   | 92        |
| 4.15.   | Teorias errôneas sobre a natureza jurídica das taxas .....  | 93        |
| 4.16.   | Ainda a serventia da distinção entre taxas de polícia e de serviços .....   | 95        |
| <b>Capítulo V – Limitações ao Poder de Tributar – Imunidades e Temas Afins.....</b> |   | <b>97</b> |
| 5.1.  | Limitações: princípios e imunidades – Diferenças – O fenômeno jurídico da interpolação normativa.....             | 97        |
| 5.2.  | Imunidade e isenções .....  | 98        |
| 5.3.  | Normas impositivas, imunitórias e isençionais – A que se destinam – Como se integram na norma de tributação ..... | 99        |
| 5.4.  | Tipologia exonerativa.....  | 99        |
| 5.5.  | Conceito e efeitos da imunidade .....   | 100       |
| 5.6.  | A imunidade, a isenção, os seus efeitos sobre as hipóteses de incidência das normas de tributação .....           | 101       |
| 5.7.  | Equívocos da doutrina tradicional.....  | 102       |
| 5.8.  | A isenção como exclusão de incidência: outro equívoco.....  | 102       |
| 5.9.  | A alternativa proposta .....  | 103       |
| 5.10.   | A diferença entre a exclusão expressa: imunidade e isenções e a não incidência pura ou natural .....              | 105       |
| 5.11.   | A questão da não incidência – Conclusão .....   | 108       |
| 5.12.   | Exoneração nas consequências das normas de tributação – Quantitativas .....                                       | 108       |
| 5.13.   | Reduções diretas de bases de cálculo e de alíquotas – O efeito das leis que as preveem.....                       | 109       |

|                              |     |
|------------------------------|-----|
| 5.14. Alíquota zero.....     | 109 |
| 5.15. Isenções parciais..... | 113 |

|   |            |
|---|------------|
| <b>Capítulo VI – Princípios Constitucionais em Matéria Tributária: Explícitos, Derivados e Conexos .....</b>  | <b>115</b> |
| 6.1. Princípios expressos e conexos.....  | 115        |
| 6.2. As funções dos princípios constitucionais .....  | 116        |
| 6.3. O controle de constitucionalidade das leis a partir da zeladoria dos princípios constitucionais.....   | 117        |
| 6.4. O princípio da legalidade formal e sua evolução em Portugal e no Brasil .....  | 118        |
| 6.5. Legalidade, lei delegada e medida provisória.....  | 120        |
| 6.6. Os princípios da legalidade, anualidade, tipicidade, irretroatividade e anterioridade, todos juntos .....  | 121        |
| 6.7. O princípio da legalidade como princípio fundante dos demais – O princípio da tipicidade ou da legalidade material .....   | 123        |
| 6.8. Exceções ao princípio da legalidade na instituição e na majoração de tributos.....   | 128        |
| 6.9. Os convênios de Estados-Membros relativos ao ICMS e o princípio da legalidade .....  | 129        |
| 6.10. Conclusão sobre a submissão dos convênios à lei .....   | 133        |
| 6.11. As delegações legislativas e o princípio da legalidade da tributação .....  | 134        |
| 6.12. A crônica do princípio da legalidade material no Brasil.....  | 134        |
| 6.13. Interpretação e princípio da legalidade – Interpretação econômica – Evasão fiscal e elisão – Distinções .....   | 135        |
| 6.14. Ainda sobre a elisão fiscal – o art. 116 do CTN.....  | 141        |
| 6.15. O princípio formal da legalidade da tributação e as medidas provisórias .....   | 146        |
| 6.16. O princípio da não surpresa do contribuinte (anualidade, anterioridade, lapsos temporais predefinidos).....   | 149        |
| 6.17. Exceções ao princípio da anterioridade e prazo nonagesimal.....   | 150        |
| 6.18. O princípio da anualidade – Seus reflexos na área tributária .....  | 151        |
| 6.19. O princípio da irretroatividade da lei fiscal – Ênfase no imposto de renda em primeiro lugar.....   | 152        |
| 6.20. O princípio da anterioridade – Mecânica de funcionamento em face dos diversos tipos de fatos geradores – Forma, lugar e tempo do pagamento da obrigação tributária – Reserva de lei ..... | 154        |
| 6.21. A irretroatividade da lei e a retrospectividade.....  | 155        |
| 6.22. A irretroatividade da lei, da jurisprudência e da decisão administrativa definitiva .....   | 156        |
| 6.23. Irretroatividade e ação rescisória .....  | 157        |
| 6.24. O princípio da igualdade ou do tratamento isonômico .....   | 160        |
| 6.25. O princípio do não confisco .....   | 163        |
| 6.26. O princípio do não confisco e as presunções legais .....  | 165        |
| 6.27. O não confisco como limite ao poder de graduar a tributação .....   | 169        |
| 6.28. O princípio da unidade federativa – Limitações ao tráfego de pessoas e bens no território nacional – Pedágio .....  | 170        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>Capítulo VII – As Imunidades Genéricas.....</b>  | <b>172</b> |
| 7.1. A imunidade intergovernamental recíproca .....   | 172        |
| 7.2. A imunidade dos templos de qualquer culto, dos partidos, dos sindicatos e das instituições de assistência social e de educação.....  | 179        |
| 7.3. A imunidade dos templos .....  | 183        |
| 7.4. A imunidade dos partidos .....   | 184        |
| 7.5. Considerações sobre imunidade das instituições partidárias, religiosas, sindicais, educacionais e assistenciais.....   | 185        |
| 7.6. A imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua impressão   | 190        |
| 7.7. Emenda Constitucional nº 75/2013 e a imunidade tributária da produção musical e literomusical nacional.....  | 194        |
| 7.8. A determinação de exteriorizar e esclarecer as comunidades sobre os impostos que incidem sobre mercadorias e serviços .....  | 197        |
| 7.9. Exoneração de tributos, matéria sob reserva de lei .....   | 199        |
| 7.10. O princípio da tributação federal uniforme.....   | 201        |
| 7.11. Substituição tributária progressiva .....   | 202        |
| 7.12. Isonomia nos títulos da dívida pública e nos vencimentos dos funcionários públicos – Prevalência do Estado Federal.....   | 203        |
| 7.13. A proibição da isenção heterônoma e as exceções .....   | 203        |
| 7.14. A revogabilidade das isenções anteriores à Carta .....  | 204        |
| 7.15. A vedação que proíbe aos Estados, Distrito Federal e Municípios estabelecerem diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza – O mercado comum brasileiro..... | 205        |
| <br>  |            |
| <b>Capítulo VIII – Os Impostos da União, os Princípios e Vedações que lhes são Próprios.....</b>  | <b>207</b> |
| 8.1. Os impostos de importação e exportação .....   | 207        |
| 8.2. O imposto sobre grandes fortunas.....  | 208        |
| 8.3. O Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI .....  | 208        |
| 8.4. O imposto sobre operações financeiras ou sobre operações de crédito, câmbio, seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários.....   | 210        |
| 8.5. O imposto sobre a propriedade territorial rural.....   | 211        |
| 8.6. O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza .....   | 212        |
| 8.7. O imposto de renda periódico e os princípios da anterioridade e da irretroatividade – A lei de regência dos fatos geradores .....  | 213        |
| 8.8. O imposto de renda anual é periódico – A lei aplicável é a vigente antes de iniciar-se o período em que se realizam os fatos jurídicos .....   | 217        |
| 8.9. A progressividade no imposto de renda.....   | 218        |
| 8.10. A imunidade dos aposentados e pensionistas com idade superior a 65 anos .....   | 218        |
| 8.11. A periodização dos impostos e o princípio da anualidade – Aplicabilidade ao imposto de renda.....   | 219        |
| 8.12. A competência privativa e residual da União para instituir novos impostos, contribuições sociais e impostos extraordinários de guerra .....   | 220        |



|   |            |
|---|------------|
| <b>Capítulo IX – Os Impostos dos Estados e do Distrito Federal – Dos Princípios e Vedações que lhes são Próprios.....</b>   | <b>222</b> |
| 9.1. Uma introdução crítica ao ICMS.....  | 222        |
| 9.2. O fato gerador do ICMS em sentido genérico.....  | 225        |
| 9.3. A imunidade do ICMS das operações (interestaduais) que destinem petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica a outros Estados..... | 226        |
| 9.4. A meia imunidade .....   | 226        |
| 9.5. As operações com energia elétrica, petróleo e seus derivados (combustíveis líquidos e gasosos, inclusive lubrificantes) – As inovações da Emenda nº 33 .....                     | 226        |
| 9.6. Substituição tributária .....  | 227        |
| 9.7. A alma do ICMS .....   | 227        |
| 9.8. A não incidência do ICMS nos serviços de comunicação .....   | 232        |
| 9.9. As alíquotas do ICMS – Competência para fixação.....   | 232        |
| 9.10. Operações interestaduais a consumidor final noutro Estado.....  | 233        |
| 9.11. As alíquotas seletivas ou a seletividade do ICMS.....   | 233        |
| 9.12. IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.....   | 234        |
| 9.13. O imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens e direitos (o imposto sobre heranças e doações).....   | 235        |
| 9.14. As alíquotas de heranças e doações – Seus fatos jurídicos .....   | 235        |
| 9.15. Heranças e doações e a questão do montante partilhável.....   | 235        |
| <b>Capítulo X – Os Impostos dos Municípios, Princípios e Vedações que lhes São Próprios...</b>  | <b>237</b> |
| 10.1. O IPTU .....  | 237        |
| 10.2. A progressividade no IPTU .....   | 242        |
| 10.3. O IPTU e a “planta de valores” genérica .....   | 244        |
| 10.4. O imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos por ato entre vivos .....  | 245        |
| 10.5. ITBI – Problemas decorrentes da partilha de bens entre vivos.....   | 246        |
| 10.6. A imunidade de certas transmissões <i>inter vivos</i> de bens imóveis.....  | 246        |
| 10.7. O imposto sobre serviços de qualquer natureza.....  | 248        |
| 10.8. As alíquotas do ISS .....   | 251        |
| 10.9. A Emenda nº 37/2002 e o ISS.....  | 251        |
| <b>Capítulo XI – A Repartição das Receitas Tributárias.....</b>   | <b>253</b> |
| 11.1. Formas de repartição das receitas tributárias: direta e indireta .....  | 253        |
| 11.2. Participação direta dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação de impostos federais .....  | 254        |
| 11.3. Participação direta dos Municípios .....  | 254        |
| 11.4. O fundo ouro .....  | 254        |
| 11.5. Participações indiretas.....  | 255        |
| 11.6. O fundo compensatório .....   | 255        |
| 11.7. A vedação de “negociação”.....  | 256        |
| 11.8. O papel do Tribunal de Contas.....  | 257        |

**PARTE III****O Direito Tributário que está no Código Tributário Nacional e nas Leis Complementares Subsequentes**

|  |     |
|--|-----|
| <b>Capítulo I</b> – O Código Tributário Nacional e o Sistema Tributário Nacional .....   | 261 |
| 1.1. Advertência prévia sobre o conteúdo compromissório do CTN .....   | 261 |
| 1.2. O Sistema Tributário Nacional .....   | 264 |
| 1.3. O caráter jurídico do CTN – Lei complementar <i>ratione materiae</i> .....  | 264 |
| 1.4. O Sistema Tributário e a Federação .....  | 265 |
| 1.5. Os dois livros do CTN.....  | 265 |
| <br>   |     |
| <b>Capítulo II</b> – O Conceito de Tributo.....  | 266 |
| 2.1. A necessidade de o Estado cobrar tributos.....  | 266 |
| 2.2. O conceito jurídico de tributo .....  | 267 |
| 2.3. O tributo no quadro de receitas do Estado.....  | 267 |
| 2.4. A expansividade do conceito de tributo no Direito brasileiro .....  | 268 |
| 2.5. O tributo como norma jurídica .....   | 269 |
| 2.6. A importância do aspecto pessoal na hipótese de incidência tributária .....   | 270 |
| 2.7. A complexidade das fórmulas de cálculo do tributo devido.....   | 272 |
| 2.8. Os equívocos da doutrina tradicional na consideração do fato gerador dos tributos .   | 274 |
| 2.9. A estática e a dinâmica da norma tributária – A fenomenologia da incidência da norma tributária .....   | 275 |
| 2.10. O conceito de tributo no Direito brasileiro, sua excelência dogmática .....  | 278 |
| 2.11. O tributo como obrigação .....   | 279 |
| <br>   |     |
| <b>Capítulo III</b> – As Espécies Tributárias: Os Impostos, as Taxas e as Contribuições .....  | 280 |
| 3.1. O tributo como ente jurídico unitário e a sua divisão em espécies – A teoria dos tributos vinculados ou não a uma atuação do Estado relativamente à pessoa do pagante.....                                    | 280 |
| 3.2. A teoria dos tributos vinculados ou não a atuações estatais e a classificação das espécies.....   | 282 |
| 3.3. A análise do fato gerador para determinar a natureza jurídica do tributo – Proposta classificatória.....  | 284 |
| 3.4. As contribuições especiais ou parafiscais no Direito brasileiro – Natureza jurídica.....  | 285 |
| 3.5. A especificidade das contribuições previdenciárias e assistenciais sinalagmáticas – Tributos vinculados à atuação estatal – Diferenças entre elas e as contribuições especiais com natureza de impostos ..... | 287 |
| 3.6. Esforços classificatórios, a importância do tema – A natureza jurídica específica das contribuições especiais referidas na Constituição.....  | 289 |
| 3.7. Fato gerador, base de cálculo, causa e finalidade, confirmando a tese de que os tributos são ou não vinculados a uma atuação do Estado, invalidando a tese do “finalismo”, velha de cem anos.....             | 291 |
| 3.8. A contribuição de melhoria tipo custo na opção constitucional de 1988.....  | 295 |
| 3.9. Taxas e preços – Preços públicos e privados .....   | 296 |
| 3.10. Custas e emolumentos são taxas? É possível distribuir o produto das custas? .....  | 301 |

|  |            |
|--|------------|
| 3.11. Ligeiro escorço histórico sobre as custas .....  | 302        |
| 3.12. O pedágio, sua natureza jurídica.....  | 303        |
| 3.13. O pedágio, ligeira crônica.....  | 304        |
| 3.14. Pedágio: preço ou taxa? .....  | 304        |
| 3.15. Empréstimos compulsórios – Impostos restituíveis.....  | 305        |
| 3.16. Os impostos indiretos visam à capacidade contributiva dos consumidores – As contribuições especiais que repercutem no consumidor final são impostos indiretos cumulativos..... | 306        |
| <b>Capítulo IV – A Competência Tributária .....</b>  | <b>307</b> |
| 4.1. A competência tributária.....   | 307        |
| 4.2. As limitações da competência tributária.....  | 308        |
| 4.3. Os empréstimos compulsórios no CTN.....   | 310        |
| <b>Capítulo V – Os Impostos no CTN .....</b>   | <b>312</b> |
| <b>Capítulo VI – Impostos Federais .....</b>   | <b>315</b> |
| 6.1. Imposto de importação .....   | 315        |
| 6.2. Imposto de exportação .....   | 317        |
| 6.3. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza .....  | 318        |
| 6.4. O conceito de renda na doutrina brasileira.....   | 319        |
| 6.5. Pessoas jurídicas – Sistema para apuração do lucro tributável.....  | 322        |
| 6.6. Lucro real.....   | 322        |
| 6.7. Componentes do lucro real: lucro operacional e resultados de transações eventuais.....  | 323        |
| 6.8. Abandono do lucro real.....   | 324        |
| 6.9. Sistema do lucro arbitrado .....  | 325        |
| 6.10. Sistema do lucro presumido .....   | 325        |
| 6.11. Princípios para a apuração do lucro tributável.....  | 326        |
| 6.12. Contabilidade em bases mundiais e tributação de empresas no exterior .....   | 326        |
| 6.12.1. Demonstrações contábeis e Imposto de Renda .....   | 326        |
| 6.12.2. Tributação de empresas no exterior .....   | 328        |
| 6.12.3. A originalidade brasileira.....  | 329        |
| 6.13. Pessoas físicas.....   | 331        |
| 6.14. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.....   | 333        |
| 6.15. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF .....  | 337        |
| 6.16. Operações de crédito.....  | 340        |
| 6.17. Operações de câmbio .....  | 342        |
| 6.18. Operações de seguro .....  | 342        |
| 6.19. Operações com títulos e valores mobiliários.....   | 342        |
| 6.20. Imposto sobre propriedade territorial rural .....  | 344        |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Capítulo VII – Impostos Estaduais</b> .....  | 347 |
| 7.1. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.....  | 347 |
| 7.2. Imposto sobre heranças e doações (transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos).....   | 348 |
| 7.3. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações – ICMS..... | 351 |
| 7.4. O fato gerador genérico do ICMS.....   | 351 |
| 7.5. ICMS – Incidência na importação de bens para o ativo fixo e para consumo próprio do estabelecimento, ainda que realizada por pessoas físicas .....                       | 355 |
| 7.6. O princípio da não cumulatividade .....  | 356 |
| 7.7. A natureza jurídica do princípio da não cumulatividade .....   | 357 |
| 7.8. O ICMS e o IPI são impostos que somente devem onerar o consumo.....  | 357 |
| 7.9. As exceções constitucionais ao princípio da não cumulatividade.....  | 358 |
| 7.10. O direito universal à dedução dos créditos relativos à aquisição de todo o gênero e a inconstitucional restrição ao direito de compensação por período .....            | 361 |
| 7.11. O princípio da não cumulatividade e a tendência jurisprudencial .....   | 363 |
| 7.12. ICMS – Como apurar o valor devido .....   | 367 |
| 7.13. A Lei Complementar nº 87/96 – Texto básico do regramento do ICMS – Alguns apontamentos.....   | 368 |
| 7.14. A tributação dos combustíveis e da energia elétrica .....   | 377 |
| 7.15. A tributação do transporte de passageiros .....   | 377 |
| <b>Capítulo VIII – Impostos Municipais</b> .....  | 380 |
| 8.1. Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> de bens imóveis a título oneroso (exceto doações) .....   | 380 |
| 8.2. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU .....  | 383 |
| 8.3. Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISS.....   | 386 |
| <b>Capítulo IX – As Taxas no CTN</b> .....  | 397 |
| <b>Capítulo X – As Contribuições de Melhoria no CTN</b> .....   | 400 |
| <b>Capítulo XI – Conceito, Vigência, Interpretação, Integração e Aplicação da Legislação Tributária</b> .....   | 402 |
| 11.1. A compreensão da expressão “legislação tributária”.....   | 402 |
| 11.2. O papel subalterno dos decretos do Executivo em matéria fiscal .....  | 403 |
| 11.3. A proteção da confiança dos atos administrativos em matéria fiscal .....  | 404 |
| 11.4. A impropriamente denominada coisa julgada administrativa e seus efeitos .....   | 405 |
| 11.5. A natureza da correção monetária e das majorações indiretas dos tributos .....  | 406 |
| 11.6. As práticas reiteradas das autoridades administrativas .....  | 407 |
| 11.7. As questões relativas aos tratados internacionais.....  | 407 |
| 11.8. Validade e extensão dos tratados internacionais em matéria tributária perante a Constituição Federal de 1988.....   | 408 |

|   |            |
|---|------------|
| 11.9. A União Federal na ordem jurídica internacional e na ordem jurídica interna.....  | 409        |
| 11.10. A superioridade da Lei Complementar Tributária de normas gerais sobre os ordenamentos jurídicos parciais da União, dos Estados e dos Municípios.....   | 410        |
| 11.11. A questão do ICMS e do ISS – Possibilidade de tratado internacional, celebrado pela República Federativa do Brasil, obrigar Estados e Municípios ..... | 411        |
| 11.12. O controle prévio dos tratados e convenções internacionais pelo Supremo Tribunal Federal.....  | 412        |
| 11.13. Isenção heterônoma e isenção convencional.....   | 412        |
| 11.14. Os tratados na jurisprudência brasileira .....   | 416        |
| 11.15. A vigência no tempo e no espaço da legislação tributária.....  | 419        |
| 11.16. A extraterritorialidade da legislação tributária .....   | 421        |
| 11.17. A vigência das normas complementares do art. 100.....  | 421        |
| 11.18. O princípio da anterioridade no CTN.....   | 421        |
| 11.19. A anterioridade da lei em relação ao fato gerador .....  | 422        |
| 11.20. A retroatividade benigna ao contribuinte .....   | 424        |
| 11.21. Regras de interpretação da legislação tributária .....   | 427        |
| 11.22. Regras de integração da legislação tributária.....   | 429        |
| 11.23. A recepção do Direito Privado e a dação de efeitos fiscais próprios – O abuso das formas de Direito Privado.....                                       | 431        |
| 11.24. A rigidez do sistema brasileiro de repartição de competências tributárias – Observância do Direito Privado.....  | 434        |
| 11.25. A interpretação literal em Direito Tributário – Quando é aplicável.....  | 435        |
| 11.26. O <i>in dubio pro</i> contribuinte.....  | 435        |
| <b>Capítulo XII – A Obrigação Tributária, Sujeitos Ativos e Passivos e a Responsabilidade Tributária Segundo o Código Tributário Nacional .....</b>           | <b>437</b> |
| 12.1. A obrigação tributária na terminologia do CTN – Obrigação principal e obrigação acessória .....   | 438        |
| 12.2. Tributo e multa – Crédito tributário comum .....  | 439        |
| 12.3. A natureza não patrimonial das obrigações acessórias – Deveres administrativos ...  | 439        |
| 12.4. A conversão da multa em crédito tributário .....  | 440        |
| 12.5. O fato gerador da obrigação principal.....  | 440        |
| 12.6. O fato gerador da obrigação acessória.....  | 441        |
| 12.7. O momento da ocorrência do fato gerador – Situações jurídicas e situações de fato – Fatos geradores “pendentes” .....                                   | 442        |
| 12.8. Aos tributos vinculados a atuações estatais não se aplicam as regras dos “negócios sujeitos a condições” .....  | 444        |
| 12.9. O fato gerador estremando as espécies e subespécies tributárias .....   | 444        |
| 12.10. A capacidade contributiva e o princípio da retribuição .....   | 445        |
| 12.11. Empréstimos compulsórios e contribuições especiais – Seus fatos geradores.....   | 446        |
| 12.12. O Direito Tributário brasileiro e a “interpretação econômica” .....  | 447        |
| 12.13. O sujeito ativo da obrigação tributária .....  | 448        |
| 12.14. Herança de competência tributária .....  | 449        |
| 12.15. O sujeito passivo da obrigação tributária – Contribuintes e responsáveis.....  | 450        |
| 12.16. O pretense sujeito passivo da impropriamente chamada obrigação acessória.....  | 451        |

|   |            |
|---|------------|
| 12.17. A importância relativa das convenções particulares em face do dever de contribuir..  | 452        |
| 12.18. A solidariedade obrigacional passiva .....   | 452        |
| 12.19. Os efeitos da solidariedade em matéria fiscal .....  | 453        |
| 12.20. Interpretação econômica ou pragmatismo fiscal? .....   | 454        |
| 12.21. A tributação dos atos ilícitos .....   | 455        |
| 12.22. O domicílio em matéria fiscal .....  | 455        |
| 12.23. Sujeição passiva direta e indireta – Substituição tributária .....   | 457        |
| 12.24. Responsabilidade tributária por transferência e por substituição .....   | 459        |
| 12.25. O substituto tributário como sujeito passivo direto .....  | 462        |
| 12.26. A responsabilidade tributária na terminologia do CTN – Falta de precisão conceitual .  | 462        |
| 12.27. A questão da transferência das multas aos responsáveis .....   | 465        |
| 12.28. Síntese sobre a responsabilidade tributária no CTN .....   | 467        |
| 12.29. Responsabilidade de terceiros e multas moratórias.....   | 468        |
| 12.30. Responsabilidade tributária e o dever de reter tributo alheio – Distinção .....  | 469        |
| 12.31. Substituição tributária “para frente” .....  | 471        |
| 12.32. Créditos tributários transferíveis – Extensão e compreensão .....  | 473        |
| 12.33. A chamada responsabilidade dos adquirentes de bens imóveis.....  | 474        |
| 12.34. A responsabilidade dos adquirentes, remitentes e sucessores <i>inter vivos</i> ou <i>causa mortis</i> e do espólio .....   | 474        |
| 12.35. A chamada responsabilidade dos agentes empresariais.....   | 475        |
| 12.36. A responsabilidade de terceiros .....  | 477        |
| 12.37. Os casos de transferência de responsabilidade em razão de culpa ou dolo – A responsabilidade dos diretores, gerentes e administradores de pessoas jurídicas de Direito Privado ..... | 479        |
| 12.38. A tese da objetividade do ilícito fiscal .....   | 483        |
| 12.39. O erro de direito extrafiscal e o Direito Tributário punitivo.....   | 484        |
| 12.40. Tipos de sanção.....   | 486        |
| 12.41. Direito Tributário Penal ou Direito Penal Tributário? .....  | 486        |
| 12.42. O ilícito fiscal e as considerações subjetivas relativas ao agente – Atenuações.....   | 487        |
| 12.43. Multas confiscatórias.....   | 489        |
| 12.44. A personalização das multas fiscais .....  | 492        |
| 12.45. A “ponte de ouro” – Exclusão da responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de infrações à legislação fiscal .....   | 492        |
| <br>  |            |
| <b>Capítulo XIII – A Constituição do Crédito Tributário e a Disciplina do Lançamento Segundo o CTN – Tipos de Lançamento .....</b>  | <b>498</b> |
| 13.1. O crédito tributário como parte da estrutura obrigacional .....   | 498        |
| 13.2. A obrigação tributária e o seu objeto: o crédito tributário .....   | 499        |
| 13.3. Obrigação, crédito e lançamento fiscal .....  | 500        |
| 13.4. O papel do lançamento – Ato do Estado-Administração – Primeiras conclusões ..   | 500        |
| 13.5. A obrigação tributária e as alterações do crédito tributário .....  | 502        |
| 13.6. O crédito tributário e o princípio da legalidade.....   | 503        |
| 13.7. O conceito de lançamento no Direito brasileiro – Diferença entre lançamento por homologação e homologação do pagamento do crédito tributário.....                                     | 504        |

|   |  |            |
|---|--|------------|
| 13.8.   | Distinção de lançamento como ato administrativo singular e procedimentos reparatórios e revisionais do lançamento – Lançamentos provisórios e finais, impossibilidade...                                   | 505        |
| 13.9.   | Lançamento e intercadência cambial .....   | 506        |
| 13.10.  | O lançamento como ato administrativo de aplicação da lei fiscal – Leis substantivas e adjetivas no tempo, regras de aplicabilidade .....   | 506        |
| 13.11.  | A revisão do ato administrativo do lançamento – As teorias declarativistas e constitutivistas.....   | 507        |
| 13.12.  | O lançamento como ato administrativo – Características – Natureza declaratória – Caráter de título executivo por falta de autoexecutoriedade – Quando o lançamento está pronto e quando é definitivo ..... | 509        |
| 13.13.  | As hipóteses legais que autorizam a revisão do lançamento .....  | 510        |
| 13.14.  | A irrevisibilidade do lançamento por erro de direito da Administração – Diferença entre revisão de lançamento e modificação de lançamento definitivo pela Administração.....                               | 510        |
| 13.15.  | Renovação do lançamento por erro formal de agente da Administração – Quando é possível .....   | 514        |
| 13.16.  | As modalidades de lançamento no Direito brasileiro – Lançamento por declaração .   | 515        |
| 13.17.  | Lançamento feito em razão de arbitramento – Quando é possível – Restrições legais ..   | 515        |
| 13.18.  | Novamente os casos de revisão do lançamento – Lançamentos feitos de ofício...  | 518        |
| 13.19.  | O lançamento por homologação – Homologação expressa e tácita – Impropriedades – Os termos iniciais e finais para a efetivação de lançamentos de ofício e para a homologação de pagamentos antecipados..... | 520        |
| 13.20.  | O valor e o desvalor do chamado lançamento por homologação ou autolançamento   | 522        |
| <b>Capítulo XIV – A Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário.....</b> |  | <b>525</b> |
| 14.1.   | A moratória e o parcelamento.....  | 527        |
| 14.2.   | O depósito do montante integral do crédito tributário .....  | 529        |
| 14.3.   | A concessão de medidas liminares.....  | 532        |
| 14.4.   | As reclamações e os recursos administrativos .....   | 533        |
| <b>Capítulo XV – A Extinção do Crédito Tributário.....</b>                    |  | <b>537</b> |
| 15.1.   | O pagamento, a forma por excelência de extinção do crédito tributário .....  | 537        |
| 15.2.   | O dia e o local do pagamento.....  | 538        |
| 15.3.   | Natureza jurídica do juro moratório.....   | 540        |
| 15.4.   | A consulta fiscal e seus efeitos.....  | 541        |
| 15.5.   | Responsabilidade pelo recebimento do crédito tributário – Pagamento e quitações...   | 541        |
| 15.6.   | Pagamento em moeda corrente, cheque ou vale-postal, em estampilha, papel selado ou processo mecânico – Os efeitos do pagamento.....  | 542        |
| 15.7.   | Pagamento sob condição – Incongruência jurídica.....   | 542        |
| 15.8.   | Imputação de pagamento .....   | 543        |
| 15.9.   | A consignação judicial do pagamento .....  | 544        |
| 15.10.  | Pagamento indevido – Repetição do indébito.....  | 545        |
| 15.11.  | Restituição de tributos indiretos dotados de repercussão jurídica obrigatória .....  | 546        |
| 15.12.  | Decadência do direito de pleitear a restituição .....  | 548        |
| 15.13.  | Prescrição da ação para anular a decisão administrativa que denega restituição ...   | 556        |

|   |            |
|---|------------|
| 15.14. A compensação – Conceito.....  | 556        |
| 15.15. Tipos de compensação .....   | 557        |
| 15.16. A transação .....  | 560        |
| 15.17. A remissão.....  | 562        |
| 15.18. Distinção entre isenção e remissão .....   | 563        |
| 15.19. A prescrição e a decadência.....   | 563        |
| 15.20. A conversão do depósito em renda.....  | 569        |
| 15.21. A consignação em pagamento – Conversão da oferta de pagamento em renda ...   | 569        |
| 15.22. O pagamento antecipado e a “homologação do lançamento” nos termos do art. 150 e seus §§ 1º e 4º.....   | 570        |
| 15.23. A decisão administrativa irreformável .....  | 570        |
| 15.24. A decisão judicial passada em julgado .....  | 571        |
| 15.25. O controle da constitucionalidade das leis – O sistema misto brasileiro – Peculiaridades, efeitos e consequências relativamente às ações rescisórias ..... | 572        |
| 15.26. Inadmissibilidade de ação rescisória de sentença anterior à declaração de constitucionalidade pelo STF .....   | 573        |
| 15.27. Coisa julgada e segurança jurídica.....  | 574        |
| <b>Capítulo XVI – A Exclusão do Crédito Tributário.....</b>   | <b>575</b> |
| 16.1. Impropriedade gritante .....  | 575        |
| 16.2. A isenção e a sua regulação no CTN .....  | 576        |
| 16.3. A questão da revogabilidade das isenções.....   | 578        |
| 16.4. Isenções autônomas e heterônomas.....   | 579        |
| 16.5. Diferença entre isenção, imunidade e reduções fiscais .....   | 579        |
| 16.6. A anistia e a sua regulação no CTN.....   | 579        |
| <b>Capítulo XVII – Garantias e Privilégios – Administração Tributária – Certidões Negativas....</b>   | <b>581</b> |
| 17.1. Prólogo – Os conceitos .....  | 581        |
| 17.2. A exposição do patrimônio particular .....  | 585        |
| 17.3. Alienação fiduciária em garantia e venda com reserva de domínio – Os escapes.....   | 586        |
| 17.4. Fraude à execução fiscal.....   | 587        |
| 17.5. Créditos tributários e juízos universais .....  | 588        |
| 17.6. A Fazenda Pública pode requerer a falência do devedor?.....   | 590        |
| 17.7. A massa falida e os créditos tributários .....  | 591        |
| 17.8. O inventário e os créditos tributários .....  | 591        |
| 17.9. A liquidação de sociedades e os créditos tributários .....  | 591        |
| 17.10. Término de inventário, concessão de recuperação judicial e fim de falência em face da Fazenda Pública .....  | 592        |
| 17.11. O perigo das constrições oblíquas .....  | 592        |
| 17.12. Administração Tributária .....   | 594        |
| 17.13. Administração Tributária: o poder de fiscalizar e os seus limites.....   | 594        |
| 17.14. O sigilo bancário .....  | 595        |
| 17.15. O sigilo bancário na Constituição Federal de 1988 – Princípios de regência à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal.....                          | 597        |



|  |            |
|--|------------|
| 17.16. O poder de vistoriar e de exigir documentos – Ato vinculado à lei – Motivo e finalidade.....  | 601        |
| 17.17. O dever de informar e os seus limites.....  | 601        |
| 17.18. O sigilo fiscal tendo como destinatários da norma a Fazenda Pública e os seus agentes .....   | 603        |
| 17.19. A prova emprestada no Direito Tributário .....  | 603        |
| 17.20. A fiscalização <i>manu militari</i> – Motivação e cuidados – Excesso de exação – Proibição do excesso – Responsabilidade civil do Estado.....   | 604        |
| 17.21. Dívida ativa – Certidões positivas e negativas – Os tormentos do cidadão – O valor e o desvalor jurídico do ato de inscrição em dívida ativa – Prescrição da ação de execução fiscal..... | 607        |
| <b>Bibliografia.....</b>   | <b>614</b> |